Rs 10.500

PAULISTA

COMPANHIA DE SEGUROS



APOLICE N. 33.860

Illm.o Sr. Dr.

Antonio de Moraes Barros

Predios

Diversas ruas

Capital

Vencimento em 1 Set.o 1920

NOTA. — Toda alteração no seguro deve constar da apolice.

05/0000138

COMPANHIA PAULISTA DE SEGUROS

DEPOSITO NO THESOURO
400:000$000.

SÃO PAULO,
BRAZIL.

CAPITAL SOCIAL
2.000:000$000.

MARITIMOS TERRESTRES E DE VIDA.

APOLICE N. _____ SEGURO TERRESTRE. Rs. 26:000$000

A Companhia Paulista de Seguros

segura sob as condições constantes desta Apolice, ao Sr. Antonio de Moraes Barros, por conta propria, a quantia de Vinte e seis contos de reis, sobre cinco predios terreos, de construcção antiga, cobertos com telhas de barro, situados nesta Capital, a saber:

Rs 7:000.000 sobre um predio sito á rua Monsenhor Andrade n: 76, esquina da rua Florida nº 1, occupado por açougue e moradia;

" 7:000.000 sobre um predio sito á rua Florida nº 1A, occupado por moradia;

" 12:000.000 sobre tres predios sitos á rua Florida nos 3, 5 e 7, occupados por moradias e avaliados para o seguro em partes eguaes.

Rs 26:000.000 Total. Seguro por um anno a contar de 1 de Setembro de 1919 e a terminar em 1 de Setembro de 1920, ao meio dia.

Lith. Duprat. S. Paulo

CONDIÇÕES DE SEGURO TERRESTRE

As apolices emittidas pela Companhia estão sujeitas ás seguintes condições geraes, que são extensivas a todos os seguros, salvo as limitações e restricções contidas nas particulares de cada especie ou classe e as escriptas e manuscriptas, a que umas e outras ficam subordinadas

1.ª—A Companhia segura, conforme fôr declarado no corpo da apolice e mediante o premio convencionado, os damnos materiaes occasionados a bens moveis ou immoveis, em virtude de:

1 — Incendio, qualquer que seja a sua origem ou causa, salvo se proveniente da guerra interna ou externa, invasão, insurreição ou outro movimento ou tumulto popular, emprego de força ou gente armada, regular ou irregular, tremor de terra, inundação, explosão de polvora, ou de materias inflammaveis, depositadas nas propriedades seguras e suas dependencias ou de machinas de vapor, assentadas, nessas propriedades, sem sciencia ou consentimento da Companhia.

2 — Raio ou descarga electrica.

2.ª — São equiparados aos damnos causados por incendio os que resultarem da demolição, desmancho ou de qualquer estrago feito no objecto seguro, por ordem da auctoridade competente, para evitar incendio ou seu progresso e para levar soccorro ás propriedades visinhas ou salval-as.

A Companhia não é obrigada, porém, a indemnizar os damnos provenientes de roubo ou furto dos objectos seguros.

3.ª — Não fazem parte das cousas seguras pela Companhia e nunca se entenderá que foram objectos dos riscos por ella garantidos:

1 — Os theatros, salas de espectaculo, suas dependencias e seus pertences.

2 — Os armazens, depositos, fabricas e laboratorios de polvora ou materiaes inflammaveis ou sujeitos á explosão e de fogos artificiaes de qualquer natureza ou applicação.

3 — Titulos de divida publica federal, estadoal ou municipal, titulos de responsabilidade de particulares, moeda metallica, dinheiro em papel, ouro, platina ou prata, em pó, em pinha, barra, ou de qualquer modo manufacturados, quadros, retratos, estatuas e, em geral, todos os objectos raros ou preciosos e livros de escripturação e contabilidade.

A Companhia, entretanto, poderá segurar qualquer desses bens, mediante augmento de premio e designação particular e expressa no corpo da apolice dando-se a cada um dos bens mencionados sob o n. 3 um valor especial.

4.ª — Os riscos começarão do meio dia em que se effectuar o seguro até ao meio dia em que se findar o prazo de sua duração.

5.ª — Os premios serão pagos dentro de tres dias contados da data da apolice.

A falta de pagamento dos premios no prazo estipulado exonera a Companhia de toda a responsabilidade.

As despezas com a cobrança dos premios, judiciaes ou extrajudiciaes, correrão por conta do segurado.

6.ª — O seguro de mercadorias e outros bens moveis, destinados ao commercio, póde ser feito sem especificação do seu objecto e sob a expressão generica de fazendas ou generos seccos e molhados não designados ou com simples menção de sua qualidade, podendo a sua quantidade ou mesmo especie, deixar de ser declarada, comtanto que se determine o *quantum* do valor segurado. Se taes mercadorias são destinadas á venda em estabelecimentos e armazens proprios e a parte vendida ou sahida é continuamente ou a espaços substituida por outra novamente adquirida, o seguro póde ser feito sob um valor total ou capital em operações, representado por taes especies, entendendo-se tambem que o seguro substitue-se e successivamente passa de uma para outra parte e sempre versa sobre a existencia real no momento do sinistro.

Esta clausula ou condição é extensiva aos seguros de mobilia ou de quaesquer moveis e utensilios de uso pessoal ou industrial, inclusive bibliothecas ou livrarias, carruagens, carros, carrinhos e outros vehiculos, instrumentos de musica, etc., que, não sendo destinados ao commercio, soffrem, comtudo, variações, substituições, alterações, concertos, melhoramentos e mesmo perda de valor pelo seu uso e serviço, bem assim aos productos agricolas colhidos, que se acharem em acto de beneficio ou em estado de o receberem ou em deposito.

7.ª — O segurado não tem direito a indemnização alguma, se os riscos do objecto seguro tiverem augmentado por qualquer modo, por falta do segurado ou de seus prepostos ou locatarios, por qualquer mudança de construcção ou nova obra, ou por deposito ou introducção de mercadorias de facil risco, inflammaveis ou por novo destino, emprego ou uso, que tenha recebido o estabelecimento ou predio, salvo se o proprietario ou segurado o tiver declarado á Companhia para a devida averbação na apolice e pago o competente premio addiccional antes do sinistro; se nas declarações e informações dadas pelo segurado, este dissimular ou occultar a verdade ou o seu verdadeiro interesse ou direito em relação ao objecto seguro ou qualquer circumstancia de que dependesse o contracto e que désse logar a que este não fosse feito ou o fosse por outro modo.

8.ª — Sendo o seguro um contracto de boa fé e não constituindo para o segurado uma fonte de lucro, mas uma garantia de conservação ou um meio de indemnização, a Companhia não garante nem responde pelas perdas e damnos, ficando exonerada de qualquer obrigação, mesmo a de restituir os premios recebidos, e considerando-se rescindido o contracto, embora este tenha sido feito por intermedio de representante do segurado:

1 — Se as declarações não forem verdadeiras e completas, omittindo-se circumstancias que podiam ter influido na acceitação da proposta ou na taxa do premio.

2 — Se o sinistro fôr causado voluntariamente ou tiver por origem culpa lata ou má fé do segurado.

3 — Se o segurado exagerar os damnos, perdas, avarias e despezas, ou se occultar, subtrahir ou dissimular o todo ou parte dos objectos salvados.

4 — Se o segurado empregar e apresentar documentos falsos, graciosos ou fraudulentos para prova de perdas, damnos, avarias, sinistros ou despezas.

Outrosim, fica subentendido que a Companhia sómente garante e responde pelas perdas e damnos até o limite do valor do seguro, embora, no momento do incendio ou damno, o seu objecto tenha valor superior ao do seguro ou a importancia do damno o cubra e exceda.

9.ª — O valor declarado na apolice, os premios pagos, as descripções e avaliações contidas na mesma apolice não podem ser invocados pelo segurado como presumpção e muito menos como reconhecimento ou prova da existencia, da natureza ou do valor dos objectos seguros, quer no acto do contracto, quer no momento do sinistro.

Como a Companhia indemniza sómente as perdas reaes, o segurado fica na obrigação de justificar, por todos os meios possiveis ao seu alcance, não só a existencia do objecto seguro, no momento, no logar do incendio, mas ainda o seu valor real e a verdadeira importancia do damno.

Entre os meios de prova comprehende-se o exame integral nos livros de escripturação e contabilidade, registros, contas, facturas, titulos de propriedade ou acquisição, se forem salvos.

Quando o seguro não fôr feito pelo valor total, a importancia da indemnização será proporcional ao valor seguro, reputando-se o excedente a descoberto ou seguro pelo proprio segurado para a distribuição proporcional do valor total do damno ou perda.

10.ª — O segurado não póde segurar de novo o objecto integralmente em outra companhia, sob pena de perder o direito ao valor do seguro.

O augmento na importancia do seguro, antes de findo o prazo estipulado, nesta ou em outra Companhia, sómente poderá ser feito depois de verificada a existencia para esse augmento, e, a effectuar-se em Companhia extranha, sel-o-á com assentimento desta Companhia.

11.ª — O segurado estipula por si, seus herdeiros e successores:

1 — No caso de fallecimento do segurado, os seus herdeiros, o inventariante ou testamenteiro, dentro de 60 dias a contar desse acto, darão aviso escripto á Companhia, declarando os nomes, qualidades e domicilio daquelles herdeiros.

2 — No caso de venda, de cessão ou doação do objecto seguro, o interessado avisará por escripto a Companhia dentro de 15 dias contados da novação.

3 — No caso de fusão, dissolução, mudança de sociedade ou firma, o interessado dará aviso escripto á Companhia dentro dos dez dias seguintes a qualquer desses actos.

A falta de aviso nos prazos marcados em os ns. 1, 2 e 3, importa exoneração da responsabilidade da Companhia pelos riscos que assumiu.

Mudando de local o objecto seguro, durante o prazo do contracto, a Companhia fica tambem exonerada de qualquer responsabilidade, se o segurado não avisar o facto á mesma Companhia.

12.ª — Manifestando-se incendio, o segurado deve empregar toda a diligencia para impedir ou evitar o seu progresso, salvar os objectos seguros e providenciar sobre a sua guarda e conservação

As despezas indispensaveis que para esse fim fizer o segurado, uma vez plenamente justificadas, serão indemnizadas pela Companhia.

13.ª — Dado o sinistro, o segurado por si ou por outrem com seus poderes e auctorisações deve:

1 — Dentro de 24 horas uteis, communicar o sinistro á directoria da Companhia, ou á sua agencia no logar, ou, em falta desta, á mais proxima.

2 — Dentro das mesmas 24 horas, communicar o sinistro á auctoridade competente, para os fins legaes.

3 — Mandar vender em hasta publica por conta de quem pertencerem os salvados arrecadados, depois de arrolados na presença de tres testemunhas e de um director, agente ou preposto da Companhia, se a esta convier providenciar de outro modo.

14.ª — A liquidação do seguro procede-se mediante accordo entre as partes ou, se uma destas o exigir, por peritos.

Os peritos serão nomeados a aprazimento das partes. Se não houver accordo sobre essa nomeação, cada um nomeará o seu e estes logo um terceiro. Se no seguro figurar mais de um segurado interessado, elles combinarão em um só perito e se não chegarem a accordo escolherão um á sorte dentre os que forem propostos.

As despezas com os peritos ficarão a cargo do segurado.

O valor do seguro nunca poderá exceder do valor do objecto no dia do sinistro.

15.ª — Depois de feita a liquidação, a Companhia pagará a indemnização, ficando-lhe, todavia, o direito de optar por algum dos seguintes meios:

1 — Restabelecimento do objecto seguro dentro de um prazo certo, no estado em que se achava antes do incendio ou damno, devendo ser empregado nesse restabelecimento material que offereça a mesma solidez e segurança do que existia.

2 — Pagamento em moeda corrente e á vista, deduzindo-se o valor dos salvados quando os houver.

Não havendo accordo quanto ao valor dos salvados, este será dado por peritos, nos termos da clausula ou condição 14.ª supra.

16.ª — Se a Companhia optar pelo restabelecimento do objecto seguro, conforme a primeira parte da clausula ou condição 15.ª supra, se se tratar de predio, ella indemnizará o segurado da metade do aluguel que o predio rendia ao tempo do sinistro, a contar da data que fôr assentada a opção pela Companhia e pelo segurado, até á entrega do mesmo reconstruido.

Quando o predio não possa ser reparado ou reconstruido com a mesma edificação que tinha antes do incendio, em virtude de prohibição de postura municipal, a differença do preço entre a avaliação do damno causado e o da reconstrucção será por conta do segurado.

17.ª — No caso do pagamento do sinistro, qualquer que seja a sua importancia, fica rescindido o contracto.

18.ª — Dada a indemnização de qualquer damno ou sinistro, a que a Companhia esteja obrigada, esta ficará com o exercicio de todos os direitos e acções que ao segurado possam competir, em quaesquer casos, contra quem de direito. Em virtude do que o segurado os subroga á Companhia integralmente e sem restricção alguma, sem que seja necessario qualquer cessão, transferencia ou procuração geral ou especial e a constitue procuradora em causa propria para o exercicio e uso de taes direitos e acções. No caso que a Companhia o exija, o segurado obriga-se a fazer o traspasse, cessão ou transferencia por acto separado, ou por qualquer meio ou via de direito.

19.ª — O segurado póde por aviso escripto á directoria da Companhia, annullar o seguro pelo tempo que faltar para a sua terminação (Cod. Com. art. 684) e reciprocamente a Companhia póde rescindir o seguro mediante aviso por escripto ao segurado, o qual, se não responder nas primeiras 24 horas, será intimado judicialmente, restituindo-lhe a Companhia ou depositando em Juizo o premio pelo tempo ainda por vencer.

Para firmeza e constar onde convier, entregou-se ao segurado esta apolice assignada pelo Director **da Companhia seguradora, obrigando-se o segurador e o segurado e cada um na parte que lhe diz respeito, ao fiel cumprimento e observancia das clausulas acima exaradas, as quaes todos acceitam e querem que valham entre si, sem embargos de quaesquer disposições e estylos em contrario.**

PELA COMPANHIA PAULISTA DE SEGUROS

Augusto Ramos

DIRECTOR-GERENTE

CONTA

Rs.	26:000$000	a 1/4 %	65$000
Rs.	$	a %	$
Rs.	$	a %	$
Sello e imposto de fiscalisação . .			3$500
Apolice			2$000
Total. . . .		Rs.	70$500

Recebemos

S. Paulo, 1º de Setembro 1912

Augusto Ramos

DIRECTOR

IMPOSTO DE FISCALISAÇÃO

Rs 1:300$

BRASIL 2$000